

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR

Direito do Petróleo e do Gás

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Flávio Inocêncio (a confirmar)

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

Semestre: 2.º

ECTS: 4

Horas de contacto: 2 horas semanais

Contacto do docente:

2 - OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

Introduzir os estudantes aos aspetos fundamentais da regulação jurídica dos setores do petróleo e do gás (natural), enquanto elementos integrantes do Direito da Energia. O enfoque adotado é predominantemente jurídico-público – embora os aspetos contratuais não deixem de ser mencionados –, privilegiando uma visão interdisciplinar da estrutura e funcionamento dos setores em causa.

3 - PROGRAMA

1. Introdução
2. Setores do petróleo e do gás: caracterização, atores e cadeia de valor
3. Regulação do petróleo e do gás:
 - a) Introdução
 - b) O Direito da Energia e a regulação do petróleo e do gás
 - c) Aspetos juspublicistas e jusprivatistas na regulação do petróleo e do gás
 - d) Estudo de caso: a exploração de recursos petrolíferos de Timor-Leste
4. A regulação do petróleo e do gás no plano internacional
5. A regulação do petróleo e do gás no plano europeu:

- a) Política energética europeia
- b) Aspectos económicos, ambientais e estratégicos na regulação dos setores do petróleo e do gás
- 6. A regulação do petróleo e do gás no plano nacional
- 7. Aspectos contratuais dos setores do petróleo e do gás
- 8. A tributação do petróleo e do gás
- 9. Resolução de litígios: o papel da arbitragem
- 10. Conclusão

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação terá por base um trabalho final escrito ou exame escrito.

5 – BIBLIOGRAFIA

- Carolyn Barnett et alii, *A Nova Equação Energética*, coleção Cadernos D. Quixote n.º 7 (Dom Quixote: 2015)
- Claude Duval et alii, *International Petroleum Exploration and Exploitation Agreements: Legal, Economic and Policy Aspects*, 2.ª edição (Barrows: 2009)
- Lourenço Vilhena de Freitas, *Direito Administrativo da Energia: introdução* (AAF DL: 2013)
- Francisco Briosa e Gala, *O fornecimento de gás natural à União Europeia: questões de segurança energética* (Coimbra Editora: 2013)
- Jorge Salgado Gomes e Fernando Barata Alves, *O Universo da Indústria Petrolífera: Da Pesquisa à Refinação*, 3.ª edição (Fundação Calouste Gulbenkian: 2014)
- Raphael J. Heffron, *Energy Law: An Introduction* (Springer: 2015)
- Dário Moura Vicente (coord.), *Direito dos Petróleos: Uma perspectiva lusófona*, 2.ª edição (Almedina: 2015)
- Andrew Inkpen e Michael H. Moffet, *The Global Oil and Gas Industry: Management, Strategy and Finance* (Pennwell Books: 2011)
- John S. Lowe, *Oil and gas law in a nutshell*, 6.ª edição (West: 2014)
- Suzana Tavares da Silva, *Direito da Energia* (Coimbra Editora: 2011)
- Ernest Smith et alii, *International Petroleum Transactions*, 3.ª edição (Rocky Mountain Mineral Law Foundation: 2010)

- Kim Talus, *EU Energy Law and Policy* (OUP: 2013)
- Kim Talus, *Introduction to EU Energy Law* (OUP: 2016)
- Bernard G. Taverne, *Petroleum, Industry and Governments*, 3.^a edição (Kluwer Law International: 2013)

José Carlos Vieira de Andrade e Rui Figueiredo Marcos (coord.), *Direito do Petróleo* (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra: 2013)

6 - LEGISLAÇÃO

7 - JURISPRUDÊNCIA

Mestrado em Direito e Economia do Mar

DIREITO DOS SEGUROS

Ficha de Unidade Curricular

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor José João Abrantes

Regente: Professora Doutora Margarida Lima Rego

Ano letivo: 2018/2019

Cursos: 2.º Ciclo: Mestrado em Direito e Mercados Financeiros

2.º Ciclo: Mestrado em Direito e Economia do Mar

Semestre: 1.º

ECTS: 4

Horas de contacto: 2 horas semanais

Contacto: margarida.rego@fd.unl.pt

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

O principal objetivo desta unidade curricular é familiarizar os estudantes com as noções fundamentais e os regimes aplicáveis ao contrato de seguro, permitindo a aplicação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos na licenciatura nas disciplinas de Direito Privado.

Os estudantes aprenderão a manusear os instrumentos jurídicos ao seu dispor e, em geral, desenvolverão a sua capacidade de argumentação jurídica e de resolução de problemas práticos. Privilegiar-se-á o desenvolvimento de competências de resolução de problemas práticos e o contacto direto com o mercado e o regulador.

3 – PROGRAMA

1. Origem. A importância económica e social dos seguros. A indústria seguradora: noções fundamentais.
2. Direitos fundamentais e seguros. Em especial, a discussão sobre a incidência do princípio da igualdade nas relações entre os seguradores e os seus clientes ou potenciais clientes.
3. O contrato de seguro: conteúdo típico. Natureza jurídica. Situações jurídicas decorrentes de uma relação de seguro e seus titulares. Principais classificações. Seguros obrigatórios e seguros facultativos. A *summa divisio* entre os seguros marítimos e os seguros terrestres. Pressupostos/ elementos essenciais de um contrato de seguro: o risco e o interesse.
4. Deveres de informação das partes. Deveres de informação e de esclarecimento da seguradora. O tomador e a declaração inicial do risco. Suas alterações na vigência do contrato.
5. Formação e produção de efeitos. Massificação e virtualização das relações contratuais: cláusulas contratuais gerais, contratação à distância e comércio eletrónico. Interpretação. Composição habitual de uma apólice. Contratação por conta própria e por conta de outrem.
6. A distribuição de seguros. Em especial, a mediação de seguros. Categorias de mediadores de seguros e seu posicionamento perante as partes. Reflexos da sua atuação no contrato de seguro.
7. O prémio. Cálculo e estipulação. Natureza jurídica. Pagamento e não pagamento. Resgate. O princípio da divisibilidade e o direito ao estorno em caso de cessação antecipada.
8. O sinistro. Sua ocorrência. Participação. O direito à prestação. Seus titulares. Eventual direito de regresso contra o segurado. Nos seguros de vida: a natureza do direito ao benefício. Nos seguros de danos: afastamento e mitigação do sinistro; o princípio indemnizatório e a avaliação do dano; o sobresseguro e o subseguro; pluralidade de pretensões, valor máximo da prestação e rateio. Sub-rogação pelo segurador nos direitos contra terceiros responsáveis pelo sinistro.
9. Resolução de litígios: tribunais judiciais, julgados de paz e tribunais arbitrais. Mera divergência sobre matéria de facto: a perícia arbitral. Mediação de conflitos de consumo. O CIMPAS.
10. Seguros coletivos e de grupo. Transmissão e oneração de direitos. A penhora de direitos emergentes de um contrato de seguro. Cessação do contrato de seguro. Resseguro e cosseguro.
11. Visão panorâmica das principais modalidades de contratos de seguro. Os seguros obrigatórios de acidentes de trabalho e de responsabilidade civil emergente de acidente de viação. Suas apólices uniformes.
12. A multiplicidade de seguros obrigatórios de responsabilidade civil. Conteúdo do dever de segurar. Seguros facultativos de responsabilidade civil: principais aspetos a ter em conta. O exemplo do seguro D&O.

13. Os principais seguros marítimos: seguro de responsabilidade civil de embarcações marítimas, lacustres e fluviais, seguro de embarcações marítimas, lacustres e fluviais, seguros de pessoas e de mercadorias transportadas. A importância dos Incoterms.

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

As aulas, todas teórico-práticas, assentam no diálogo permanente entre docente e discentes. As diversas matérias compreendidas no programa serão analisadas com base em situações da vida. Com vista a estimular a investigação independente pelos estudantes, os temas mais propícios poderão ser objeto de trabalho escrito, para ponderação na avaliação conforme o disposto no parágrafo seguinte. Alguns dos trabalhos poderão ser selecionados para apresentação e discussão em aula, em função da disponibilidade de calendário e de temas.

A avaliação faz-se por exame escrito com a duração de três horas. A nota final corresponde à nota no exame escrito (elemento obrigatório), com a possibilidade de ponderação, para uma subida máxima de três valores em relação ao exame final, de nota obtida em apresentação oral e escrita a realizar durante o semestre (elemento facultativo).

5 – BIBLIOGRAFIA

I

OBRAS NACIONAIS

* ALMEIDA, C. Ferreira de – *Contratos III. Contratos de liberalidade, de cooperação e de risco*, 2.ª ed., Almedina 2013.

ALMEIDA, J. C. Moitinho de – *Contrato de seguro. Estudos*, Coimbra 2009.

ALVES, Francisco Luís – *Direito dos seguros. Cessaçãõ do contrato. Práticas comerciais*, 2.ª ed., Almedina 2015.

ALVES, Paula Ribeiro – *Contrato de seguro à distância. O contrato eletrónico*, Almedina 2009.

* ANTUNES, José A. Engrácia – *Direito dos contratos comerciais*, Almedina 2009.

* CORDEIRO, A. MENEZES – *Direito dos seguros*, 2.ª ed., Almedina 2016.

FERREIRA, A. P. – «O reenquadramento do exercício da atividade seguradora no início do século XXI. Antecedentes próximos e perspetivas de evolução» em *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, I, Almedina 2011, pp. 301-378.

FERREIRA, Patrícia de Sousa – *O salvamento em direito dos seguros*, Almedina 2014.

GOMES, J. Vieira – «Do dever ou ónus de salvamento no novo regime jurídico do contrato de seguro (Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16/4)» (2009) 28 *Cadernos de Direito Privado* 3-22.

– «O dever de informação do (candidato a) tomador do seguro na fase pré-contratual, à luz do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril» em *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, II, Almedina 2011, pp. 387-445.

– «Da sub-rogação legal do segurador à luz da nova lei do contrato de seguro (Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de Abril)» em *Estudos em memória do Professor Doutor J. L. Saldanha Sanches*, II, Coimbra 2011, pp. 447-484.

MARTINEZ, P. Romano – «Novo regime do contrato de seguro» (2008) 140 *O Direito* 23-117.

– «Celebração de contratos à distância e o novo regime do contrato de seguro» em *Estudos dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes*, III, UCP 2011, pp. 235-259.

* MARTINEZ, Pedro Romano e outros – *Lei do contrato de seguro anotada*, 2.ª ed., Almedina 2011.

MARTINS, Inês de Oliveira – *O seguro de vida enquanto tipo contratual legal*, Coimbra 2010.

POÇAS, Luís – *O dever de declaração inicial do risco no contrato de seguro*, Almedina 2013.

RAMOS, Maria Elisabete – *O Seguro de responsabilidade civil dos administradores. Entre a exposição ao risco e a delimitação da cobertura*, Almedina 2010.

* REGO, Margarida Lima (coord.) – *Temas de direito dos seguros*, 2.ª ed., Almedina 2016.

REGO, Margarida Lima – *Contrato de seguro e terceiros. Estudo de direito civil*, Coimbra Editora, Coimbra 2010.

ROCHA, Francisco Rodrigues – *Do princípio indemnizatório no seguro de danos*, Almedina 2015.

SILVA, João Calvão da – *Banca, bolsa e seguros*, 4.ª ed., Almedina 2013.

Anteriores à Lei do Contrato de Seguro:

ALMEIDA, J. C. Moitinho de – *O contrato de seguro no direito português e comparado*, Lisboa 1971.

CORDEIRO, A. Menezes – *Manual de direito comercial*, 2.ª ed., Coimbra 2007, pp. 725-832.

GONÇALVES, L. da Cunha – *Comentário ao código comercial*, vol. II, arts. 425.º a 462.º, Lisboa 1922.

VASQUES, José – *Contrato de seguro: notas para uma teoria geral*, Coimbra 1999.

Sobre seguros marítimos:

BRITO, José Alves de – *Seguro marítimo de mercadorias. Descrição e notas ao seu regime jurídico*, Almedina 2006.

ROCHA, Francisco Rodrigues – «Algumas notas em torno da cláusula CIF e do seguro de transporte de mercadorias» em *Temas de direito dos transportes*, Januário Gomes (coord.), vol. III, Almedina 2015.

OBRAS ESTRANGEIRAS

Em inglês:

BAKER, Tom – *Insurance law and policy: cases, materials and problems*, 2.^a ed., Austin TX 2008.

CLARKE, Malcolm – *Policies and perceptions of insurance law in the twenty-first century*, Oxford 2005.

JERRY II, Robert H./ RICHMOND, Douglas R. – *Understanding insurance law*, 4.^a ed., LexisNexis, Danvers 2007.

REGO, Margarida Lima – Chapter 41 – Portugal, em *International insurance law and regulation*, Center for International Legal Studies, ISBN: 9780379012859, Thomson Reuters Westlaw 2017, pp. 553-591.

Em francês:

BIGOT, Jean (dir.) – *Traité de droit des assurances*, III, Paris 2002.

COUILBAULT, François/ ELIASHBERG, Constant – *Les grands principes de l'assurance*, 9.^a ed., Editions L'Argus, Paris 2009.

FONTAINE, Marcel – *Droit des assurances*, 3.^a ed., Précis de la Faculté de Droit de l'U.C.L., Bruxelles 2006.

Em alemão:

PRÖLSS, Erich R / MARTIN, Anton (funds.) – *Versicherungsvertragsgesetz*, 28.^a ed., Beck, Munique 2010.

SCHIMIKOWSKI, Peter (org.) – *Versicherung, Recht und Schaden. Festschrift für Johannes Wälder zum 75. Geburtstag*, Beck, Munique 2009.

WANDT, Manfred – *Versicherungsrecht*, Heymann, Colónia 2010.

Em italiano:

DONATI, Antigono – *Trattato del diritto delle assicurazioni private*, I, Milão 1952, II, Milão 1954, III, Milão 1956.

6 – LEGISLAÇÃO

Essencial:

- Lei do Contrato de Seguro aprovada pelo DL n.º 72/2008, de 16 de abril (com alterações) («LCS»).

Complementar:

- Constituição da República Portuguesa;
- Código Civil;
- Arts. 595.º a 615.º do Código Comercial;
- Lei da Atividade Seguradora e Resseguradora aprovada pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro («LASR»);
- Lei das Cláusulas Contratuais Gerais: DL n.º 446/85, de 25 de outubro, alterado pelo DL n.º 220/95, de 31 de agosto, pelo DL n.º 249/99, de 7 de julho, e pelo DL n.º 323/2001, de 17 de dezembro;
- Lei da Contratação à Distância de Serviços Financeiros: DL n.º 95/2006, de 29 de maio (com alterações);
- Lei do Comércio Eletrónico: DL n.º 7/2004, de 7 de janeiro, alterado pelo DL n.º 62/2009, de 10 de março, e pela Lei n.º 46/2012, de 29 de agosto;
- Estatutos da ASF aprovados pelo DL n.º 1/2015, de 6 de Janeiro (com alterações);
- Lei da Mediação: DL n.º 144/2006, de 31 de julho (com alterações);
- Informação Genética Pessoal e Informação de Saúde: Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro;
- Discriminação em Razão da Deficiência e da Existência de Risco Agravado de Saúde: Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto;
- Discriminação em Função do Sexo: Lei n.º 14/2008, de 12 de março, alterada pela Lei n.º 9/2015, de 11 de fevereiro;

- Registo Central de Seguros de Vida e de Acidentes Pessoais: DL n.º 384/2007, de 19 de novembro, alterado pelo DL n.º 112/2013, de 6 de agosto;
- Seguro automóvel: DL n.º 291/2007, de 21 de agosto, alterado pelo DL n.º 153/2008, de 6 de agosto, e a apólice uniforme aprovada pela NR da ASF n.º 16/2007, de 20 de dezembro, alterada pela NR da ASF n.º 7/2007, de 14 de maio;
- Seguro de acidentes de trabalho: art. 283.º/5 do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e regulamentado pela Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro – cfr. os arts. 79.º e 81.º e a apólice uniforme aprovada pela Portaria n.º 256/2011, de 5 de julho.
- Preâmbulo do DL n.º 122/2005, de 29 de julho (revogado) (pagamento de prémios de seguro).

Diretivas Europeias:

- Diretiva 2004/113/CE do Conselho de 13 de dezembro de 2004 que aplica o princípio de igualdade de tratamento entre homens e mulheres no acesso a bens e serviços e seu fornecimento;
- Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II);
- Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de janeiro de 2016, sobre a distribuição de seguros.

7 – JURISPRUDÊNCIA

Ac. STJ n.º 10 de 2001 (seguro de acidentes de trabalho);

Ac. STJ n.º 6 de 2002 (seguro automóvel);

Ac. STJ n.º 12 de 2014 (seguro automóvel);

Ac. STJ n.º 11 de 2015 (seguro automóvel);

Acórdão *Test-Achats*, C-236/09, EU:C:2011:100.

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR

Direito Europeu do Mar

Ficha da Unidade Curricular

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Prof. Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Profa. Doutora Fátima Castro Moreira

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

Semestre: 1.º

ECTS: 4

Horas de contacto: 2 horas semanais

Contacto do docente:

Horário: a indicar

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

Apreender e compreender as diversas componentes do Direito Europeu do Mar, enquanto área jurídica em formação resultante de uma abordagem integrada de um conjunto de políticas setoriais que têm como denominador comum o mar (nos seus aspetos económicos, sociais, ambientais, tecnológicos e de segurança) e que se agrupam sob o denominador comum da Política Marítima Integrada (PMI).

3 – PROGRAMA

1. Introdução
2. Noção e formação do Direito Europeu do Mar (DEM)
3. O sistema institucional da União Europeia e o DEM
4. As competências da União Europeia e o DEM
5. A Política Marítima Integrada: enquadramento geral
6. A economia marítima
 - 6.1 Crescimento Azul (*Blue Growth*)
 - 6.2 Transporte marítimo
 - 6.3 Energia
 - 6.4 Construção naval
 - 6.5 Pescas e aquicultura

7. Aspetos multissetoriais e transnacionais da economia marítima
 - 7.1 Desenvolvimento sustentável das atividades costeiras e marítimas
 - 7.2 A segurança marítima
 - 7.3 Formação e mobilidade profissional no setor marítimo
8. Investigação e desenvolvimento no âmbito da economia marítima
9. Gestão territorial e economia marítima
10. A proteção dos ecossistemas marinhos
 - 10.1 Preservação dos ecossistemas marinhos
 - 10.2 Alterações climáticas: efeitos e adaptação
 - 10.3 Poluição atmosférica e transporte marítimo
11. Governança multinível (*multilevel governance*) e assuntos marítimos
 - 11.1 Nível nacional
 - 11.2 Nível europeu (União Europeia)
 - 11.3 Nível internacional

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação terá por base a apresentação de um trabalho final escrito e inédito (artigo 6.º, n.º 1 do Regulamento do segundo ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Direito e Economia do Mar).

5 – BIBLIOGRAFIA (geral)

- CASADO, Rafael Raigón (dir.), *L'Europe et la Mer* (Bruylant: 2005)
- CHURCHILL, Robin / OWEN, Daniel, *The EC Common Fisheries Policy* (OUP: 2010)
- EECKHOUT, Piet, *EU External Relations*, 2nd edition (OUP: 2011)
- GILEK, Michael / KERN, Christine (eds), *Governing Europe's Marine Environment* (Routledge: 2015)
- LANGLET, David / MAHMOUD, Said, *EU Environmental Law and Policy* (OUP: 2016)
- RIBEIRO, Marta Chantal, *A Protecção da Biodiversidade Marinha* (Coimbra Editora: 2013)

6 – LEGISLAÇÃO

Tratado da União Europeia

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar

7 - JURISPRUDÊNCIA

Jurisprudência europeia do Tribunal de Justiça da União Europeia (Tribunal de Justiça e Tribunal Geral) a indicar oportunamente.

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR

DIREITO INTERNACIONAL DO MAR E MARÍTIMO (MM148)

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Prof. Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Prof. Doutor Jorge Bacelar Gouveia e Prof Doutor Vasco Becker Weinberg

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º ciclo

Semestre: 1.º

ECTS: 4

Horas de contacto: 2 horas semanais

Contacto:

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

Analisar os pressupostos centrais do *Direito do Mar* no âmbito da Teoria Geral do Direito Internacional do Mar e estruturas fundantes como os Espaços Marítimos, Recursos Vivos (v.g. pesca) e Não Vivos (v.g. Petróleo, Metais), Navegação, Ambiente Marinho (Biodiversidade, Proteção Ambiental, Fundos Marinhos), Segurança Marítima e Soluções de Conflitos, existentes no cenário da Convenção das Nações Unidas do Direito do Mar e do Direito Português, bem ainda do *Direito Marítimo* e respetivos marcos estruturantes (Acontecimentos e Relatórios de Mar, Acidentes Marítimos, Salvamentos, Autoridades Marítimas e Tribunais) e respetivas vinculações com o Direito da União Europeia e as diversas Convenções e Tratados Internacionais, de modo a propiciar o desenvolvimento das habilidades cognitivas necessárias à compreensão adequada dos usos, costumes e regulamentações quer do Direito do Mar quer do Direito Marítimo num contexto global, reconhecendo-se a relevância da dogmática destes ramos do direito que se projetam no ambiente público e privado, a contribuir para a compreensão dos complexos problemas jurídicos do Mar na contemporaneidade.

3 - PROGRAMA

Parte I – Direito Internacional do Mar

1. Semântica, introdução e história
2. Fontes

3. Espaços marítimos:
 - 3.1. Águas interiores;
 - 3.2. Mar territorial e zona contígua;
 - 3.3. Zona económica exclusiva;
 - 3.4. Plataforma continental;
 - 3.5. Mar alto;
 - 3.6. A Área e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos;
 - 3.7. Ilhas e arquipélagos;
 - 3.8. Delimitação dos espaços marítimos
4. Navegação
5. Segurança marítima e crimes no mar
6. Ambiente marinho e poluição marítima
7. Biodiversidade, recursos vivos e não vivos
8. Achados arqueológicos
9. Cooperação regional na União Europeia
10. Conflitos e sua composição.

Parte II – Direito Marítimo

1. Introdução e história
2. Lei comercial do mar
3. Acidentes pessoais e mortes
4. Colisões e outros acidentes
5. Pilotagem, reboques e salvamento
6. Autoridades marítimas
7. Conflitos marítimos.

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

- Exame escrito final ou apresentação de artigo científico obrigatórios: 100% se único elemento de avaliação;

- Exame escrito final obrigatório: 75% se complementado por trabalho apresentado entregue por escrito, sob a forma de artigo científico, até ao fim do semestre (entre 20 a 30 páginas), valendo este 25% da nota final, os quais deverão obrigatoriamente ser apresentados oralmente nos *Seminários* da disciplina, de acordo com o quadro das disponibilidades.

5 - BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL E OUTROS ELEMENTOS DE TRABALHO

ARMANDO Marques GUEDES, Direito do Mar, 2.^a edição, Coimbra Editora, 1998;

WAGNER MENEZES. O Direito do Mar. Brasília: FUNAG, 2015.

_____ (Organizador). Direito do Mar: desafios e perspetivas. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

JORGE BACELAR GOUVEIA. O direito de passagem inofensiva no novo Direito Internacional do Mar, Lisboa 1993

JORGE BACELAR GOUVEIA. Manual de Direito Internacional Público. 5a. ed. Coimbra, 2017

MARTA CHANTAL RIBEIRO. 20 Anos da Entrada em Vigor da CNUDM: Portugal e os recentes desenvolvimentos no Direito do Mar. Atas da Conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade do Porto em 29 de Outubro de 2014.

MANUEL JANUÁRIO DA COSTA GOMES. Direito Marítimo - Vol. IV: Acontecimentos de Mar. Almedina. Lisboa, 2008

_____. O Ensino do Direito Marítimo, Lisboa 2005

PAULO BORBA CASELLA *et all.* Manual Direito Internacional Público. 20a ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ANDRÉ PANNO BEIRÃO e ANTONIO CELSO ALVES PEREIRA (Organiz.). Reflexões sobre a Convenção de Direito do Mar. Brasília: Funag, 2014.

CLIVE SCHOFIELD, The Limits of Maritime Jurisdiction, Seokwoo Lee and Moon-Sang Kwon (editores), Martinus Nijhoff Publishers, 2014;

DONALD R. ROTHWELL e TIM STEPHENS, The International Law of the Sea, Hart Publishing (edição inglesa), 2010;

HELMUT TUERK, Reflections on the contemporary law of the sea, Martinus Nijhoff Publishers, 2012;

R.R. CHURCHILL and A.V. LOWE, The law of the sea, 3.^a edição, Manchester University Press (edição inglesa), 1999;

ROBERT FORCE, Admiralty and Maritime Law, 2004 (disponível gratuitamente em edição eletrónica no site do Federal Judicial Center, public.resource.org/scribd/8763552.pdf);

THOMAS SCHOENBAUM, Admiralty and Maritime Law, Thomson West, 4.^a edição, 2004;

5.1. Outros Elementos Bibliográficos de Trabalho

- Alexandra von Böhm-Amolly, Pirataria no Oceano Índico. Algumas questões jurídicas;
- Alexandre Cortes Guimarães, Os fundamentos jurídicos do Direito Internacional do Mar para as operações privadas desreguladas no alto-mar;
- António Manuel de Carvalho Coelho Cândido, A Convenção de Montego Bay e Portugal. Delimitação das Zonas Marítimas da Madeira;
- Carla Amado GOMES, A proteção internacional do ambiente na Convenção de Montego Bay (in Estudos em homenagem à professora doutora Isabel de Magalhães Collaço, org. Rui M. de MOURA RAMOS et al., Coimbra: Almedina, 2002, v. II, p.695-724).
- Francisco NORONHA. O Ordenamento do espaço marítimo: para o corte com uma visão terrestremente centrada do ordenamento do território. Almedina, 2014 (com comentários à Lei de

Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, Lei n. 17/2014, de 10 de abril)

- Elizabeth Spelman, The Legality of the Israeli Naval Blockade of the Gaza Strip, <http://webjcli.org/article/view/207/277>

- United States Department of State - Bureau of Oceans and International Environmental and Scientific Affairs, 143, Limits in the Seas. China: Maritime Claims in the South China Sea.

6 – LEGISLAÇÃO

- **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**, aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97, de 14 de Outubro (Diário da República);

- Sobre os tratados anteriores à UNCLOS será útil a consulta de <http://research.un.org/en/docs/law/treaties> e, também, de http://library.law.columbia.edu/guides/Guide_to_Treaty_Research

- Relativamente às organizações internacionais que se ocupam do mar, vide <http://www.un.org/depts/los/index/htm> (sítio das Nações Unidas para os Assuntos dos Oceanos e o Direito do Mar), <http://www.imo.org> (sítio da Organização Marítima Internacional) e <http://un.org/law/ilc/index.htm> (sítio da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas)

- Diretiva 2014/89/UE, do Parlamento e do Conselho

- Lei 34/2006, de 28 de julho (extensão das zonas marítimas portuguesas)

- Lei 17/2014 + Decreto-Lei n.º 38/2015

7. Decisões judiciais:

a) Do Tribunal Internacional de Justiça (Haia) <http://www.icj-cij.org/>

- Corfu Channel (1949)

- Anglo-Norwegian Fisheries (1951)

- North Sea Continental Shelf (1969)

- The Republic of The Philippines *versus* The People's Republic of China (PCA Case N.º 2013-19) —> conflito do Mar do Sul da China

b) Do Tribunal Internacional para o Direito do Mar (Hamburgo) – <http://www.itlos.org/>

Ghana / Costa do Marfim (Caso n.º 23)

c) Decisões arbitrais – a indicar oportunamente, se for o caso.

8 - Métodos Didáticos

Aulas expositivas dialogadas e principalmente seminários, com vistas à implementação da efetiva participação do discente, no sentido de contribuir eficazmente no papel da construção de um conhecimento dialógico e crítico da atuação dos atores (sobretudo Estados) e instâncias internacionais (órgãos, tribunais, OI's) na discussão e aplicabilidade do Direito do Mar e do Direito Marítimo. Possível a previsão de elaboração de Trabalhos em grupos pequenos, a buscar o desenvolvimento das habilidades de argumentação jurídica e do trabalho em equipa ou mesmo Estudo de casos, tudo de modo a desenvolver a habilidade cognitiva de análise e síntese dos tópicos curriculares.

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR

Meios de Financiamento Nacionais e Europeus e Integração das Políticas de Desenvolvimento

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

Semestre: 2º semestre

ECTS: 4 ECTS

Horas de contacto: 2 horas semanais

Contacto do docente: jorge.carmo@dgpm.mm.gov.pt, 351966788094

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

Pretende-se introduzir os alunos nas políticas do mar, dar a conhecer os instrumentos financeiros disponíveis, os instrumentos de análise das políticas públicas, o papel da ciência na elaboração e acompanhamento das políticas do mar, as políticas de proteção do ambiente marinho e da biodiversidade, o transporte e a segurança no mar, as abordagens integradas na gestão do oceano, o planeamento espacial marítimo, a estratégia nacional para o mar e a política marítima integrada da união europeia. As competências a adquirir incluem o saber enquadrar e contextualizar a investigação em políticas do mar, compreender as metodologias qualitativas e quantitativas aplicáveis, desenvolver competências na gestão e

avaliação das políticas do mar e compreender o quadro de apoio financeiro, os seus instrumentos e articulação e conhecer os respetivos instrumentos legislativos,

3 – PROGRAMA

Pretende-se que os conteúdos programáticos incluam uma visão geral sobre os diversos instrumentos de financiamento do crescimento azul incluindo meios de financiamento nacionais, da União Europeia, do Espaço Económico Europeu, a articulação destes instrumentos entre si e completando com uma abordagem da evolução das políticas públicas ligadas ao mar, dos seus instrumentos e tendências e da avaliação das políticas. No início da disciplina será feita uma apresentação, um enquadramento geral e uma introdução, será discutida a metodologia de avaliação e serão apresentados os temas dos trabalhos. De seguida em aulas teóricas será apresentado o mar como fator de desenvolvimento e afirmação e discutida a economia azul, o seu potencial de crescimento, as oportunidades de investimento e os instrumentos financeiros. Será então apresentado o Acordo de Parceria Portugal 2020 e os outros instrumentos financeiros. Seguem-se abordagens às políticas do mar, à gestão das zonas marinhas, aos instrumentos das políticas e à sua integração, que inclui a combinação e gestão dos financiamentos, os instrumentos das políticas do mar, a avaliação das políticas públicas e a posição da União Europeia sobre a governação dos oceanos. De seguida, em aulas teórico-práticas discute-se a criação e a capacidade do Fundo Azul para alavancar a economia do mar, as novas oportunidades nos portos nomeadamente as criadas pela janela única logística, um futuro mais sustentável apoiado pelos fundos dedicados ao mar, a abordagem ecossistémica na governação dos oceanos, o enquadramento e os desafios futuros na governação global dos oceanos, a conversão da marinha de comércio ao gás natural liquefeito, evolução da economia azul face às alterações climáticas nos oceanos, a base territorial na Política Marítima Integrada da Europa, o sector público e o sector privado na economia azul e a corrida à extensão das plataformas continentais e desafios na gestão da coluna de água.

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será realizada com base nos trabalhos dos alunos, sua discussão nas aulas e em exame final. Nas primeiras aulas será feita uma análise dos temas dos trabalhos e o seu desenvolvimento e discussão será realizado de molde a criar condições que estimulem a participação e o diálogo entre os alunos e entre estes e o docente. Os alunos serão convidados a escolher temas no âmbito do financiamento e da integração das políticas de desenvolvimento das componentes ambiental, económica e sociológica ligadas às atividades no mar, temas que deverão desenvolver, apresentar e discutir na sala de aula, valorizando as suas capacidades pessoais de divulgação, intervenção crítica, interação e participação ativa nos fóruns de discussão. As metodologias propostas baseiam-se em aulas teóricas e teórico-práticas e na análise e debate de casos de estudo. A avaliação inclui a elaboração de um trabalho escrito, a sua apresentação na aula e a participação na discussão dos trabalhos apresentados pelos colegas. Os temas dos trabalhos serão propostos nas primeiras aulas, discutidos e aprovados pelo docente por forma a cobrirem as diversas matérias da disciplina e permitirem discutir os diversos temas e potenciar uma abordagem construtiva. A nota final corresponde à média ponderada da qualidade do trabalho escrito entregue pelo aluno, da qualidade da apresentação oral e defesa do trabalho na sala de aula e da preparação e participação do aluno na discussão dos trabalhos apresentados pelos colegas ou, em alternativa, à nota no exame final escrito.

5 – BIBLIOGRAFIA

A bibliografia geral da disciplina inclui a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, o Acordo de Parceria Portugal 2020, o Programa Operacional para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, FEAMP, e publicações sobre os temas de

políticas públicas do mar nomeadamente: Matias *et al.*(2010) Políticas Públicas do Mar, Esfera do Caos Editores; Ehler and Douvere (2009) Marine Spatial Planning, IOC UNESCO; Peter Myles (2017) Maritime Clusters and the Ocean Economy: An Integrated Approach to Managing Coastal and Marine Space e Zacharias (2014) Marine Policy an Introduction to Governance and International Law of the Oceans, Routledge New York.

6 - LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, que desenvolve a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional; Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, Lei n.º 74/2009, de 18 de agosto, Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio e o Decreto Regulamentar n.º 86/2007, de 12 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro, sobre a vigilância marítima; Regime Jurídico da Rede Natura 2000, Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro; Decreto-Lei n.º 18/2014, de 4 de fevereiro, que estabelece a missão e atribuições dos serviços, organismos, entidades e estruturas do Ministério do Mar; Decreto-Lei n.º 149/2014, de 10 de outubro regulamenta as embarcações utilizadas nas atividades marítimo-turísticas; RCM n.º 12/2014, de 12 de fevereiro com a Estratégia Nacional para o Mar; Decreto-Lei n.º 324/94, de 30 de dezembro, com a Lei de Bases das Concessões Portuárias; RCM n.º 28/2015, de 30 de abril, que aprova o Compromisso para o Crescimento Verde; Decreto-Lei n.º 6/2015, de 8 de janeiro, que aprova o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos às empresas; Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais e dos Programas de Desenvolvimento Rural financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento 2014-2020; RCM n.º 26/2012, de 14 de março, cria a estrutura de gestão dos fundos do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014; Portaria n.º 344/2016, de 30 de dezembro, regulamenta a gestão do Fundo Azul.

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR

Os Modelos Económicos de Desenvolvimento do Mar: da Economia ao Direito

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Jorge Oliveira do Carmo

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

Semestre: 2.º semestre

ECTS: 4 ECTS

Horas de contacto: 2 horas semanais

Contacto do docente: jorge.carmo@dgpm.mm.gov.pt, 351966788094

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

Pretende-se introduzir os alunos aos modelos económicos dedicados à economia do mar e ao potencial dinamizador das políticas públicas do mar, apresentar uma introdução aos instrumentos de análise das políticas, ao papel da economia na elaboração das políticas marítimas, às políticas de proteção do ambiente marinho e da biodiversidade, ao transporte marítimo e segurança, às abordagens integradas na gestão dos oceanos, planeamento espacial marítimo e apresentação das estratégias nacionais para o mar. A finalidade é abordar a articulação entre as análises económica e jurídica que é gerada como uma série de mecanismos de apoio a preferências político-económicas. São os seguintes os objetivos da unidade curricular e as competências a adquirir: enquadrar e contextualizar a investigação

nas políticas do mar; desenvolver as bases de projetos no âmbito da economia do mar enquadrados nas diferentes políticas do mar e diferenciar diversos projetos para diferentes abordagens de investigação sobre o mar.

3 – PROGRAMA

Os conteúdos programáticos incluem uma introdução aos processos económicos aplicados ao setor marítimo e da sua tradução em quadros jurídicos. Tal é levado a cabo, num primeiro passo com uma apresentação da estrutura e do funcionamento da exploração dos oceanos, apresentação dos principais instrumentos das políticas do mar, fornecendo uma introdução à ‘genealogia’ da análise política marítima, as modalidades de proteção do ambiente no mar, sustentabilidade dos recursos, abordagens integradas na gestão dos oceanos, contextualização da investigação nas políticas do mar, paradigmas epistemológicos e estratégias de investigação. O programa analisa pormenorizadamente casos empíricos de tradução jurídico-legal das escolhas políticas feitas.

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será realizada com base nos trabalhos dos alunos, sua discussão nas aulas e em exame final.

5 – BIBLIOGRAFIA

AGARDY, Tundi, et al., Taking Steps toward Marine and Coastal Ecosystem-Based Management – An Introductory Guide, UNEP Regional Seas Reports and Studies, No-189, 2011.

BILLÉ, R., et al., Regional Oceans Governance, Making Regional Seas Programmes, Regional Fishery Bodies and Large Marine Ecosystem Mechanism Work Better Together, UNEP Regional Seas Reports and Studies No. 197, Nairobi, Kenya, 2016.

LOUREIRO BASTOS, Fernando, A internacionalização dos recursos naturais marinhos, Lisboa, AAFDL, 2005.

MARQUES GUEDES, Armando, “Liaisons dangereuses: reading and riding the winds of security risks in the Atlantic south”, in (ed.) Dan Hamilton, ‘Dark Network in the Atlantic Basin. Emerging Trends and Implications for Human Security, SAIS (School for Advanced International Studies), Johns Hopkins University, Washington DC, 2015.

MARQUES GUEDES, Armando, “Geopolitical Shifts in the Wider Atlantic: past, present, and future”, in (ed.) John Richardson, The Fractured Ocean. Current Challenges to Maritime Policy in the Wider Atlantic, The German Marshall Fund of the United States, Washington, DC, 2012, pp. 11-59.

OECD, The Ocean Economy in 2030, Paris: OECD Publishing, 2016.

PEREIRA, Sandra, A nova agenda marítima comunitária para o crescimento e o emprego, Maria Scientia, Revista Científica Eletrónica, Edição nº 6, Julho 2013, pp. 24-35.

POSNER, Eric A., Sykes, Alan O., “Economic Foundations of the Law of the Sea”, The American Journal of International Law, 2010, pp. 570-596.

STOPFOR, M., Maritime Economics, Third Edition, Routledge, 2009.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, Africa’s Blue Economy: A Policy Handbook, Addis Ababa, Ethiopia, 2016

ZACHARIAS, M., Marine Policy, An Introduction to Governance and International Law of the Oceans, Routledge, New York, 2014

Estratégias nacionais:

ENM (2013). Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020,

<http://www.portugal.gov.pt/media/1318016/Estrategia%20Nacional%20Mar.pdf>

OCEANO XXI - Cluster de Conhecimento e Economia do Mar (2013), Desafio do Mar 2020: Estratégias de Eficiência Colectiva, disponível em

http://www.oceano21.org/userfiles/file/Notas%20de%20Imprensa/OceanoXXI%20_NI_15_09MAI13_DocumentoDesafiosMar2020.pdf

Estratégias regionais:

Comissão Europeia: Assuntos Marítimos: http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/home_pt

Estratégias da União Europeia para as bacias marítimas

(https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/sea_basins_pt)

6 – LEGISLAÇÃO

6.1. Portugal: Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, Decreto-Lei n.º 108/2010 de 13 de outubro e respetivas alterações, República Federal da Alemanha entre outras legislações de Estados selecionados como objeto de estudo pelos alunos

6.2. União Europeia: Diretiva-Quadro 2008/56/CE, Diretiva 2014/89/CE, Diretiva-Quadro 2000/60/CE, Diretiva 92/43/CEE, Regulamento (UE) n.º 1380/2013, Diretiva 2009/28/CE, Diretiva 2002/59/CE, Diretiva 91/676/CEE, Diretiva 91/271/CEE

6.3. Convenções marinhas regionais (Convenção OSPAR para o Atlântico Nordeste, Convenção de Helsínquia para o mar Báltico, Convenção de Barcelona para o mar Mediterrâneo, Convenção de Bucareste para o mar Negro)

6.4. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR

Direito Comercial Marítimo Internacional (MM 151)

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenadora: Professora Doutora Ana Prata

Regente: Professor Doutor Duarte Lynce de Faria

Ano letivo: 2017/2018

Curso: 2º ciclo

Semestre: Segundo

ECTS: 6

Horas de contacto: 3 horas semanais

Contacto do docente: duarte.faria@apsinesalgarve.pt.

Horário:

2. OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

- i) Identificar e caracterizar as diversas modalidades de fretamento de navios e o documento que lhes subjaz (a “carta-partida”).
- ii) Identificar e caracterizar o seguro marítimo, incluindo, o seguro de casco e máquinas e o seguro disponibilizado pelos *P&I Clubs* (“*Protection and Indemnity Clubs*”).
- iii) Identificar e caracterizar as convenções internacionais sobre a poluição marítima, a limitação de responsabilidade dos armadores e os fundos de garantia associados às convenções.
- iv) Identificar e caracterizar o regime da “avaria grossa” e a aplicação das Regras de York-Antuérpia.
- v) Identificar e caracterizar a legislação nacional sobre o arresto de navios, o registo de navios e as hipotecas e a venda judicial e prioridade dos créditos reclamados.
- vi) Identificar e caracterizar as convenções sobre o transporte marítimo de mercadorias, incluindo, as Regras de Haia, as Regras de Haia-Visby e o Protocolo SDR (“*Special Drawing Rights*”), as Regras de Hamburgo e as Regras de Roterdão. vii) Identificar e caracterizar o regime da salvação marítima, incluindo, a Convenção de Londres de 1989 e as cláusulas da *Lloyd’s Open Form 2000* e da *Lloyd’s SCOPIC 2005* e o regime nacional aplicável.

- vii) Identificar e caracterizar o regime das garantias marítimas, particularmente, das hipotecas e dos privilégios marítimos.
- viii) Identificar e caracterizar os diplomas que regulam a lei aplicável aos contratos de transporte de mercadorias no âmbito da União Europeia.
- ix) Identificar e caracterizar o regime financeiro marítimo, em particular, os contratos de mútuo e as garantias associadas, em particular, a hipoteca sobre o navio.

3. PROGRAMA

- i. Apresentação e objetivos (2 tempos)
- ii. As modalidades de fretamento e a “carta-partida” (7 tempos).
- iii. As convenções internacionais sobre o transporte marítimo de mercadorias (4,5 tempos).
- iv. As convenções sobre a poluição marítima (4,5 tempos).
- v. O seguro marítimo e os *P&I Clubs* (4,5 tempos).
- vi. A avaria grossa e as Regras de York-Antuérpia (4,5 tempos).
- vii. A legislação nacional sobre o arresto de navios, o registo de navios e as hipotecas e a venda judicial e a prioridade dos créditos reclamados (4,5 tempos).
- viii. O regime da salvação marítima (4,5 tempos).
- ix. As garantias marítimas e o regime financeiro marítimo (4,5 tempos).
- x. Trabalho individual (4,5 tempos).
- xi. Conclusões finais (4,5 tempos).

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

As sessões integrarão questões teóricas de enquadramento dos temas com a introdução de casos práticos sobre o Direito Comercial Marítimo Internacional.

A avaliação será baseada num trabalho individual.

5. DEMONSTRAÇÃO DA COERENCIA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO COM OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Esta disciplina visa facultar aos alunos os referenciais teóricos e os instrumentos metodológicos que lhes permitam conhecer, compreender e refletir sobre as questões do Direito Comercial Marítimo Internacional.

A exposição teórica das matérias acompanhada de exemplificações atuais permite aos alunos reconhecer a importância dos conteúdos lecionados e do enquadramento em que se move o setor internacional do transporte marítimo.

A relação e interdependência entre a aprendizagem teórica e a sua aplicação prática permitem ainda alimentar o interesse pelo setor e pela perceção dos mercados e dos riscos

em que se desenvolve o transporte internacional marítimo, em geral, e o transporte multimodal.

6. BIBLIOGRAFIA

i) Nacional

- ALVES DE BRITO, J.M.F., “*Seguro Marítimo de Mercadorias – descrição e notas ao seu regime jurídico*”, Editora Almedina, Coimbra, 2006;
- AURELIANO, N., “*A Salvação Marítima*”, Editora Almedina, Coimbra, 2006;
- COSTA DIOGO, L., JANUÁRIO, R., “*Direito Comercial Marítimo*”, Editora Quid Juris, Lisboa, 2008;
- COSTEIRA DA ROCHA, F., “*O contrato de transporte de mercadorias*”, Almedina, Coimbra, 2002;
- LYNCE DE FARIA, D., “*O transporte internacional marítimo de mercadorias*”, Bertrand, Lisboa, 1996;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M., “*O Ensino do Direito Marítimo*”, Almedina, Coimbra, 2005;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M. (coord.), “*Leis Marítimas*”, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2007;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M. (coord.), “*I Jornadas de Lisboa de Direito Marítimo, 6 e 7 de março de 2008*”, Almedina, Coimbra, 2008;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M., “*Direito Marítimo*”, vol. IV (Acontecimentos de Mar), Almedina, Coimbra, 2008;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M., “*Temas de Direito dos Transportes I*”, Almedina, Coimbra, 2010;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M., “*Limitação de Responsabilidade por Créditos Marítimos*”, Almedina, Coimbra, 2010;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M. (coord.), “*II Jornadas de Lisboa de Direito Marítimo, 11 e 12 de novembro de 2010*”, Almedina, Coimbra, 2012;
- OLIVEIRA COELHO, C., “*Poluição Marítima por Hidrocarbonetos e Responsabilidade Civil*”, Editora Almedina, Coimbra, 2007;
- RAPOSO, MÁRIO, “*Estudos sobre o novo Direito Marítimo*”, Coimbra Editora, 1999;
- SOUSA FERREIRA, P., “*O Salvamento em Direito dos Seguros*”, Editora Almedina, Coimbra, 2014;
- VASCONCELOS ESTEVES, J., “*Direito Marítimo*”, vol. I (Introdução. Armamento), vol. II (Contrato de utilização do navio), vol. III (Acontecimentos de mar) e vol. IV (da autoria de Adelino Cecílio da Costa e com a coordenação de V. Esteves - Seguro Marítimo), Livraria Petrony, Lisboa, 1987 a 1990.

ii) Estrangeira (entre eles, livros eletrónicos da IMO VEGA DATABASE versão 13.0)

- ARROYO, D.W. - *International maritime conventions*, Deventer (Netherlands), Kluwer Law and Taxation Publishers, 2010.
- *Yearbook maritime law*, Deventer (The Netherlands), Kluwer Law and Taxation Publishers. Annual.
- BIRNIE, P. AND BOYLE, A. - *Basic documents on international law and the environment*. Oxford, Oxford University Press, 2010.
- BREITZKE, C./LUX, J./VERLAAN, P. – *Maritime law handbook*. 3 Vols. The Hague, Kluwer Law International, 2010.
- COMITÉ MARITIME INTERNATIONAL (CMI) - *International conventions on maritime law*. Stockholm, Almqvist & Wiksel; *Yearbook*, Antwerp (Belgium), CMI. Annual; *Handbook of maritime conventions*, New York: Matthew Bender, 2015;
- COOKE, J. (e outros), *Voyage Charters*, Lloyd's of London Press, London, 1993;
- GABALDON GARCIA, J.L. *La hipoteca naval : Derecho comparado y derecho uniforme*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones des Gobierno, Vasco, 2001.
- HAZELWOOD, S. J., *P&I Clubs. Law and Practice*, 2.^a ed., Lloyd's of London Press, London, 1994.
- HODGES, S & HILL, C. – *Principles of maritime law*. London, Lloyd's of London Press, 2001.
- INCOTERMS, CCI;
- McARDLE, A. D. - *International ship arrest: A practical guide*. London, Lloyd's of London Press, 1988.
- MEESON, N. - *Admiralty jurisdiction and practice*. 3rd. ed. London, LLP Professional Publishing, 2003.
- READY, N.P., *Ship Registration*, 2.^a Ed., Lloyd's of London Press, London, 1994;
- RUE, C. (de la) - *Liability for damage to the marine environment*. 2nd ed. London, Lloyd's of London Press, 1998.
- SCHOENBAUM, T.J. - *Admiralty and maritime law*. 3rd. Ed. St. Paul (Minn.) (USA), West Publishing Co., 2001.
- TETLEY, W. - *Maritime liens and claims*. ed. Montreal, International Shipping Publications, 2012.
- VINCENZINI, E., *International Salvage Law*, Lloyd's of London Press, London, 1992.
- WILFORD, M. (e outros), *Time Charters*, Lloyd's of London Press, London, 1978.

iii) NETO GRAFIA (incluindo revistas da especialidade)

- Admiralty Law:
 - <http://www.admiraltylaw.com>;
 - <http://www.admiraltylaw.com/practice.htm>
- Bases jurídico-documentais <http://www.dgsi.pt>
- BIMCO <http://www.bimco.org>
- CAMP <http://www.arbitrage-maritime.org>
- CNUDCI <http://www.uncitral.org>
- Comité Maritime Internationale <http://www.cmi.org>
- Ehow.com Libr. <http://www.ehow.com/facts>
- Electronic System for International Law <http://www.eisil.org>
- FIATA (Intern. Fed. of Freight Forwarders Associations) <http://www.fiata.org>
- Find Law <http://www.findlaw.com/01topics/39admiralty/sites.html>
- FMC <http://www.fmc.gov/>
- Fondation Droit Continental <http://www.fondation-droitcontinental.org>
- Foreign Trade Information System <http://www.sice.oas.org/>
- Free Trade Area of Americas <http://www.ftaa-alca.org/>
- International Chamber of Commerce <http://www.iccwbo.org>
- International Trade Centre, Geneva <http://www.intracen.org>
- Intertanko: <http://www.intertanko.com/>
- Journal of Comparative International Management <http://www.lib.unb.ca>
- Jurisclasseur periodique (JCP) <http://www.lexisnexis.fr>
- Lare vue Library <http://larevue.ssd.com/The-new-Lugano-convention>
- Legal Sources for International Trade Law <http://www.dbtrade.com/>
- Maritime Know How <http://maritimeknowhow.com>; <https://www.bimco.org>
- Maritime Law Association of the United States <http://www.mlaus.org/>
- McGill Library <http://www.mcgill.ca/maritimelaw/sites>
- OECD Trade Directorate <http://www.oecd.org>
- People Hofstra Libr. <http://people.hofstra.edu/geotrans/eng/>
- Stockholm Institute for Scandinavian Law <http://www.scandinavianlaw.se>
- Tiberiansmc.com Libr. <http://www.tiberiasmc.com>
- TSACarriers org <http://www.tsacarriers.org/guidelines.html>
- Uk praticallaw Libr. <http://uk.practicallaw.com>
- United Nations <http://treaties.un.org/Pages/ViewDetails>
- United Nations Commission on International Trade Law
 - <http://www.uncitral.org>;
 - http://www.uncitral.org/uncitral/fr/commission/working_groups/3Transport.html;

- http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/transport_goods/2008rotterdam_rules.html
- United Nations Conference on Trade and Development <http://www.unctad.org>
- Université de Nantes – Centre de Droit Maritime Océanique
 - <http://www.droit.univ-nantes.fr/labos/cdmo/centre-droit-maritime-oceanique/cdmo/cdmo/cdmo.php>
- Université de Aix-Marseille - Faculté de Droit et de Science Politique-Centre de Droit Maritime et des Transports <http://www.cdmt.droit.u-3mrs.fr/>
- University of Oslo–Faculty of Law
 - <http://www.jus.uio.no/english/lm/transport.and.carriage.of.goods;>
 - <http://www.jus.uio.no/lm/transport.and.carriage.of.goods/toc.html>
- Up Commons Libr - <http://upcommons.upc.edu/pfc/bitstream/2099.1>
- Wiley online Libr. <http://onlinelibrary.wiley.com>

7. LEGISLAÇÃO e JURISPRUDÊNCIA

A indicar no decurso das sessões.

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR

Direito Marítimo da Responsabilidade Civil

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenadora: Professora Doutora Ana Prata

Regentes: Professora Doutora Ana Prata e Professor Doutor Duarte Lynce de Faria

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2º ciclo

Semestre: 1º

ECTS: 4

Contactos dos docentes: anarodprata@gmail.com; duarte.faria@apsinesalgarve.pt.

Horas de contacto: 2 horas semanais.

2. OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

- i) Identificar e caracterizar o regime geral da responsabilidade civil, em particular, o que decorre do Código Civil.
- ii) Identificar e caracterizar o estatuto jurídico do navio.
- iii) Identificar e caracterizar a compra e venda internacional de mercadorias como fundamento para o transporte marítimo.
- iv) Identificar e caracterizar o regime da responsabilidade civil do transportador internacional de mercadorias e as suas diferentes modalidades (transporte sob conhecimento de carga e sob carta-partida, transporte multimodal e “*maritime plus*”).
- v) Identificar e caracterizar os diplomas que regulam a lei aplicável aos contratos de transporte de mercadorias no âmbito da União Europeia.
- vi) Identificar e caracterizar o regime do transporte internacional marítimo de passageiros e das suas bagagens por mar e a sua articulação com o regime nacional.
- vii) Identificar e caracterizar o regime internacional da limitação de responsabilidade dos proprietários de navios em matéria de créditos marítimos.
- viii) Identificar e prospetivar a evolução do Direito Marítimo em Portugal e a nível internacional.

3. PROGRAMA

- i. Apresentação e objetivos (2 tempos)
- ii. O regime geral da responsabilidade civil (6 tempos).
- iii. O estatuto jurídico do navio (2 tempos).
- iv. A compra e venda internacional de mercadorias como fundamento do transporte marítimo (2 tempos).
- v. O regime da responsabilidade civil do transportador internacional de mercadorias e as suas diferentes modalidades (4 tempos).
- vi. A lei aplicável aos contratos de transporte marítimo na União Europeia (2 tempos).
- vii. O regime do transporte internacional marítimo de passageiros e das suas bagagens por mar, e a sua articulação com o regime nacional (2 tempos).
- viii. O regime internacional da limitação de responsabilidade dos proprietários de navios em matéria de créditos marítimos (2 tempos).
- ix. Resolução de casos práticos (4 tempos).
- x. A evolução do Direito Marítimo em Portugal e a nível internacional. Conclusões finais (2 tempos).

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

As sessões integrarão questões teóricas de enquadramento dos temas com a introdução de casos práticos sobre a responsabilidade no transporte marítimo.

A avaliação será baseada num exame final (80%) e na participação nas aulas em que se inclui a resolução de casos práticos (20%).

5. DEMONSTRAÇÃO DA COERENCIA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO COM OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Esta disciplina visa facultar aos alunos os referenciais teóricos e os instrumentos metodológicos que lhes permitam conhecer, compreender e refletir sobre as questões do instituto da responsabilidade civil nas diversas figuras do Direito Marítimo.

A exposição teórica das matérias acompanhada de exemplificações atuais permite aos alunos reconhecer a importância dos conteúdos lecionados e do enquadramento em que se move o setor marítimo-portuário.

A relação e interdependência entre a aprendizagem teórica e a sua aplicação prática permitem ainda alimentar o interesse pelo setor e pela perceção dos mercados e dos riscos em que se desenvolve o transporte internacional marítimo, em geral, e o transporte multimodal.

6. BIBLIOGRAFIA

i) Nacional

- COSTA DIOGO, L., JANUÁRIO, R., “*Direito Comercial Marítimo*”, Editora Quid Juris, Lisboa, 2008;
- COSTEIRA DA ROCHA, F., “*O contrato de transporte de mercadorias*”, Almedina, Coimbra, 2002;
- LYNCE DE FARIA, D., “*O transporte internacional marítimo de mercadorias*”, Bertrand, Lisboa, 1996;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M., “*O Ensino do Direito Marítimo*”, Almedina, Coimbra, 2005;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M. (coord.), “*Leis Marítimas*”, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2007;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M. (coord.), “*I Jornadas de Lisboa de Direito Marítimo, 6 e 7 de março de 2008*”, Almedina, Coimbra, 2008;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M., “*Direito Marítimo*”, vol. IV (Acontecimentos de Mar), Almedina, Coimbra, 2008;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M., “*Temas de Direito dos Transportes I*”, Almedina, Coimbra, 2010;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M., “*Limitação de Responsabilidade por Créditos Marítimos*”, Almedina, Coimbra, 2010;
- JANUÁRIO DA COSTA GOMES, M. (coord.), “*II Jornadas de Lisboa de Direito Marítimo, 11 e 12 de novembro de 2010*”, Almedina, Coimbra, 2012;
- RAPOSO, MÁRIO, “*Estudos sobre o novo Direito Marítimo*”, Coimbra Editora, 1999;
- VASCONCELOS ESTEVES, J., “*Direito Marítimo*”, vol. I (Introdução. Armamento), vol. II (Contrato de utilização do navio), vol. III (Acontecimentos de mar) e vol. IV (da autoria de Adelino Cecílio da Costa e com a coordenação de V. Esteves - Seguro Marítimo), Livraria Petrony, Lisboa, 1987 a 1990.

ii) Estrangeira (entre eles, livros eletrónicos da IMO VEGA DATABASE versão 13.0)

- ARROYO, D.W. - *International maritime conventions*, Deventer (Netherlands), Kluwer Law and Taxation Publishers, 2010.
- *Yearbook maritime law*, Deventer (The Netherlands), Kluwer Law and Taxation Publishers. Annual.

- BIRNIE, P. AND BOYLE, A. - *Basic documents on international law and the environment*. Oxford, Oxford University Press, 2010.
- BREITZKE, C./LUX, J./VERLAAN, P. – *Maritime law handbook*. 3 Vols. The Hague, Kluwer Law International, 2010.
- COMITÉ MARITIME INTERNATIONAL (CMI) - *International conventions on maritime law*. Stockholm, Almqvist & Wiksel; *Yearbook*, Antwerp (Belgium), CMI. Annual; *Handbook of maritime conventions*, New York: Matthew Bender, 2015;
- COOKE, J. (e outros), *Voyage Charters*, Lloyd's of London Press, London, 1993;
- GABALDON GARCIA, J.L. *La hipoteca naval : Derecho comparado y derecho uniforme*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones des Gobierno, Vasco, 2001.
- HAZELWOOD, S. J., *P&I Clubs. Law and Practice*, 2.^a ed., Lloyd's of London Press, London, 1994.
- HODGES, S & HILL, C. – *Principles of maritime law*. London, Lloyd's of London Press, 2001.
- INCOTERMS, CCI;
- McARDLE, A. D. - *International ship arrest: A practical guide*. London, Lloyd's of London Press, 1988.
- MEESON, N. - *Admiralty jurisdiction and practice*. 3rd. ed. London, LLP Professional Publishing, 2003.
- READY, N.P., *Ship Registration*, 2.^a Ed., Lloyd's of London Press, London, 1994;
- RUE, C. (de la) - *Liability for damage to the marine environment*. 2nd ed. London, Lloyd's of London Press, 1998.
- SCHOENBAUM, T.J. - *Admiralty and maritime law*. 3rd. Ed. St. Paul (Minn.) (USA), West Publishing Co., 2001.
- TETLEY, W. - *Maritime liens and claims*. ed. Montreal, International Shipping Publications, 2012.
- VINCENZINI, E., *International Salvage Law*, Lloyd's of London Press, London, 1992.
- WILFORD, M. (e outros), *Time Charters*, Lloyd's of London Press, London, 1978.

iii) NETO GRAFIA (incluindo revistas da especialidade)

- Admiralty Law:
 - <http://www.admiraltylaw.com>;
 - <http://www.admiraltylaw.com/practice.htm>
- Bases jurídico-documentais <http://www.dgsi.pt>

- BIMCO <http://www.bimco.org>
- CAMP <http://www.arbitrage-maritime.org>
- CNUDCI <http://www.uncitral.org>
- Comité Maritime Internationale <http://www.cmi.org>
- Ehow.com Libr. <http://www.ehow.com/facts>
- Electronic System for International Law <http://www.eisil.org>
- FIATA (Intern. Fed. of Freight Forwarders Associations) <http://www.fiata.org>
- Find Law <http://www.findlaw.com/01topics/39admiralty/sites.html>
- FMC <http://www.fmc.gov/>
- Fondation Droit Continental <http://www.fondation-droitcontinental.org>
- Foreign Trade Information System <http://www.sice.oas.org/>
- Free Trade Area of Americas <http://www.ftaa-alca.org/>
- International Chamber of Commerce <http://www.iccwbo.org>
- International Trade Centre, Geneva <http://www.intracen.org>
- Intertanko: <http://www.intertanko.com/>
- Journal of Comparative International Management <http://www.lib.unb.ca>
- Jurisclasseur periodique (JCP) <http://www.lexisnexus.fr>
- Lare vue Library <http://larevue.ssd.com/The-new-Lugano-convention>
- Legal Sources for International Trade Law <http://www.dbtrade.com/>
- Maritime Know How <http://maritimeknowhow.com;> <https://www.bimco.org>
- Maritime Law Association of the United States <http://www.mlaus.org/>
- McGill Library <http://www.mcgill.ca/maritimelaw/sites>
- OECD Trade Directorate <http://www.oecd.org>
- People Hofstra Libr. <http://people.hofstra.edu/geotrans/eng/>
- Stockholm Institute for Scandinavian Law <http://www.scandinavianlaw.se>
- Tiberiansmc.com Libr. <http://www.tiberiasmc.com>
- TSACarriers org <http://www.tsacarriers.org/guidelines.html>
- Uk praticallaw Libr. <http://uk.practicallaw.com>
- United Nations <http://treaties.un.org/Pages/ViewDetails>
- United Nations Commission on International Trade Law
 - <http://www.uncitral.org;>
 - [http://www.uncitral.org/uncitral/fr/commission/working_groups/3Transport.html;](http://www.uncitral.org/uncitral/fr/commission/working_groups/3Transport.html)
 - http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/transport_goods/2008rotterdam_rules.html
- United Nations Conference on Trade and Development <http://www.unctad.org>
- Université de Nantes – Centre de Droit Maritime Océanique
 - <http://www.droit.univ-nantes.fr/labos/cdmo/centre-droit-maritime-oceanique/cdmo/cdmo/cdmo.php>

- Université de Aix-Marseille - Faculté de Droit et de Science Politique-Centre de Droit Maritime et des Transports <http://www.cdmt.droit.u-3mrs.fr/>
- University of Oslo–Faculty of Law
 - <http://www.jus.uio.no/english/lm/transport.and.carriage.of.goods/>;
 - <http://www.jus.uio.no/lm/transport.and.carriage.of.goods/toc.html>
- Up Commons Libr - <http://upcommons.upc.edu/pfc/bitstream/2099.1>
- Wiley online Libr. <http://onlinelibrary.wiley.com>

7. LEGISLAÇÃO e JURISPRUDÊNCIA

A indicar no decurso das sessões.

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR

Gestão Marítimo-Portuária e Direito Portuário

PROGRAMA

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Duarte Manuel Lynce de Faria

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2º ciclo

Semestre: Primeiro

ECTS: 4

Contactos dos docentes: duarte.faria@apsinesalgarve.pt;

Horas de contacto: 2 horas de contacto por semana.

2. OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

- 1) Compreender o funcionamento do mercado de “*shipping*” sob as perspetivas económica e de negócio, analisando a relacionamento entre nações, indústrias, mercados e tecnologias.
- 2) Identificar o quadro institucional da atividade portuária e dos diversos intervenientes envolvidos: a autoridade e o instituto regulador, as administrações portuárias e os regimes jurídicos dos agentes económicos que atuam preferencialmente na área portuária (designadamente, as atividades dos agentes de navegação, dos transitários, da pilotagem, dos reboques e marítimo-turísticas).
- 3) Identificar o enquadramento legal relativo ao domínio público sob jurisdição portuária. Analisar o regime das concessões de serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias e os demais títulos de utilização dominial no sector portuário.
- 4) Identificar o regime geral da operação portuária e do trabalho portuário e analisar a sua evolução, em particular, nos últimos 50 anos.
- 5) Identificar as linhas orientadoras da política portuária europeia e a regulamentação relativa ao setor portuário, designadamente, a que respeita ao acesso ao mercado dos serviços portuários.
- 6) Identificar e analisar o regime geral do sistema tarifário nos portos.

3. PROGRAMA

- 1) Apresentação e objetivos (1 tempo).
- 2) Organização do mercado de “shipping” (1 tempo).
- 3) Comércio marítimo e sistemas de transporte de graneis e de linha (2 tempos).
- 4) Ciclos de mercado e gestão do risco (1 tempo).
- 5) Fundamento económico do mercado: oferta, procura e estrutura do frete marítimo (2 tempos).
- 6) Índices e derivativos de frete (1 tempo).
- 7) Financiamento marítimo (1 tempo).
- 8) Organização e gestão portuária (2 tempos).
- 9) Intermodalidade e co-modalidade (1 tempo).
- 10) Quadro institucional da atividade portuária e dos agentes económicos que operam no setor (3 tempos).
- 11) Quadro legal relativo ao domínio público sob jurisdição portuária (2 tempos).
- 12) Quadro legal da operação portuária e do trabalho portuário (2 tempos).
- 13) Enquadramento europeu do setor portuário (2 tempos).
- 14) Regime geral do sistema tarifário nos portos (2 tempos).
- 15) Exposição temática sobre o setor e/ou visita a um porto (2 tempos).
- 16) Conclusões finais (1 tempo).

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

As sessões integrarão questões teóricas de enquadramento dos temas, alguns dos quais poderão ser abordados por especialistas convidados do setor marítimo-portuário, dos transportes e da logística que darão uma visão atualizada sobre os principais desenvolvimentos e desafios para o quadro legal aplicável.

O ensino consistirá de aulas teóricas e exercícios práticos, podendo ainda ser prevista a visita a um porto.

A avaliação será baseada num exame final (50%), num estudo de caso (30%) e na participação nas aulas (20%).

5. BIBLIOGRAFIA

- Branch, A. Edward, “Elements of Shipping”, Routledge, 8th Edition, 2007.

- Caldeirinha, Vitor (2007), Textos sobre Gestão Portuária 1999/2006, Lisboa, Edição da Revista “Cargo”.
- Caldeirinha, Vitor (2011), Testos sobre Gestão Portuária II, Lisboa, Edição da Revista “Cargo”.
- Levinson, M., “The Box: How the Shipping Container Made the World Smaller and the World Economy Bigger”, Princeton University Press ,2008.
- Lima Torres, José (2001), Legislação Portuária, Almedina, Coimbra, 640 pp.
- Rocha, Amadeu (2005), O papel da Administração Pública e o envolvimento do sector privado na gestão dos portos portugueses, Edição APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, 168 pp.
- Salvatore, D., “International Economics”, 11th Edition, John Wiley & Sons, 2013.
- Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (1999), Política Marítimo-Portuária Rumo ao Século XXI: Livro Branco, SEAMEPAT, Lisboa, 318 pp.
- Secretaria de Estado dos Transportes (2006), Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário”, MOPTC, Lisboa, 168 pp.
- Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações (2014), Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas, Horizonte 2014-2020 (PETI), Governo de Portugal, Lisboa.
- Sousa, João Figueira de (2003), Portos, Transportes Marítimos e Território, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, Lisboa.
- Stopford, M., “Maritime Economics”, 3rd Edition, Routledge, 2009.

6. LEGISLAÇÃO

- **Decreto-Lei nº 338/98, de 3/11**, que transforma a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos (exemplo de estatuto de uma administração portuária juntamente com as demais existentes cujos diplomas iniciais são igualmente de 1998), in <https://dre.pt/application/file/222965>.
- **Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08**, que estabelece o regime jurídico da operação portuária, alterada pelo Decretos-Lei n.ºs 324/94 e 65/95, de, respetivamente, 30/12 e de 7/04, in <https://dre.pt/application/file/631772>
- **Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12**, que estabelece a lei geral das concessões do serviço público de movimentação de cargas em cais e terminais portuários, in <https://dre.pt/application/file/321815>
- **Decreto-Lei nº 273/2000, de 9/11**, que aprova o regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente, in <https://dre.pt/application/file/621981>

- **Decreto-Lei nº 46/2002, de 2/03**, que atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição, in <https://dre.pt/application/file/251892>
- **Diretiva 2005/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26/10**, sobre o reforço da segurança nos portos, http://www.dgrm.min-agricultura.pt/xeo/attachfileu.jsp?look_parentBoui=2031602&att_display=n&att_download=y
- **Decreto-Lei nº 226/2006, de 15/11**, que transpõe para o direito nacional a Diretiva do Código ISPS, in <https://dre.pt/application/file/544718>
- **Lei nº 58/2005, de 29/12/2005**: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº. 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, Água in http://www.apambiente.pt/dqa/assets/01-lei-58_2005-lei-da-%c3%a1gua.pdf
- **Decreto-Lei nº 226 - A/2007, de 31 /05**, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos, alterado pelo Decreto-Lei nº. 391-A/2007, de 21/12, in http://www.apambiente.pt/dqa/assets/10-decreto_lei-226a_2007.pdf
- **Decreto-Lei nº 133/2013, de 3/10**, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, in <https://dre.pt/application/file/500153>
- **Lei nº 3/2013, de 14/01**, que estabelece o regime jurídico do trabalho portuário, in <https://dre.pt/application/file/588749>
- **Decreto-Lei nº 421/99, de 21/10**, que aprova o Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP)
- **Decreto-Lei nº 48/2002, de 2/03**, diploma que regula a atividade do Serviço Público de Pilotagem
- **Decreto-Lei nº 75/2001, de 27/02**, que regula o exercício da atividade de reboque de navios e embarcações nas áreas dos portos;
- **Decreto-Lei nº 280/1993, de 13/08**, que estabelece o regime jurídico do trabalho portuário prestado nas diversas tarefas de movimentação de cargas nas áreas públicas ou privativas, dentro da zona portuária.
- **Decreto-Lei nº 61/2012, de 15/03**, que transpõe a Diretiva n.º 2009/16/CE (EUR-Lex), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa à inspeção de navios pelo Estado do porto.
- **Decreto-lei nº 264/2012, de 20/12**, que estabelece o regime jurídico do acesso à atividade de agente de navegação, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas nº 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.
- **Regulamento (UE) n.º 2017/352** do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de fevereiro de 2017 que estabelece o regime da prestação de serviços portuários e regras comuns relativas à transparência financeira dos portos.

7. JURISPRUDÊNCIA

Nada a mencionar.

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR

Os Recursos Naturais Marinhos e a Economia do Mar

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º ciclo

Semestre: 1.º

ECTS: 6

Horas de contacto: 3 horas semanais

2 - OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS

Dar a conhecer aos estudantes a noção e os aspetos fundamentais da economia do mar em Portugal e a sua inserção no contexto europeu e internacional, incluindo em especial a importância dos recursos naturais marinhos, vivos e não vivos, para o seu desenvolvimento. Nesta medida, é fundamental o conhecimento do regime internacional e nacional aplicável aos recursos marinhos naturais, vivos e não-vivos, quer no que concerne à sua conservação e gestão, como à sua exploração. A disciplina permitirá aos alunos conhecer ainda os regimes internacionais aplicáveis aos recursos naturais marinhos e os desafios representados pelos recursos genéticos e novas tecnologias, como a biotecnologia marinha.

Tendo em conta os objetivos acima descritos, o método de ensino consiste na interação permanente e na apresentação de trabalhos escritos a elaborar de forma independente pelos estudantes, revela-se o método adequado para dotar os estudantes das ferramentas necessárias para fomentar o conhecimento e a capacidade de análise do tema da disciplina e as suas implicações concretas.

3 - PROGRAMA

O programa permitirá aos alunos conhecer o conceito e regime jurídico nacional aplicável, bem como o seu enquadramento nos regimes jurídicos internacional e comunitário, nomeadamente, no que concerne ao ordenamento e gestão do espaço marítimo

nacional. Os alunos serão também expostos ao processo de gestão e exploração dos diferentes recursos e aos diferentes níveis de competências, bem como, no que concerne aos recursos para além da jurisdição nacional. Os alunos terão ainda conhecimento do funcionamento da estrutura administrativa e as noções elementares do funcionamento dos processos de candidatura aos meios de financiamento públicos, os quais também inclui o acesso aos fundos comunitários.

Parte I – Economia do Mar

1. Introdução
2. A economia do mar
 - 2.1 Noção
 - 2.2 As políticas de desenvolvimento da economia do mar no contexto europeu e internacional
 - 2.3 O modelo adotado em Portugal
 - 2.3.1 A evolução dos modelos de desenvolvimento económico do sector-Mar
 - 2.3.2 A Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020
 - 2.3.2 A conta satélite do mar
3. Enquadramento jurídico
 - 3.1 O ordenamento e gestão do espaço marítimo nacional
 - 3.2 Atividades económicas *offshore*
 - 3.3 Proteção ambiental
 - 3.4 Obrigações internacionais
4. A estrutura administrativa da economia do mar
5. Instituições europeias
6. Meios e incentivos financeiros públicos

Parte II – Recursos Naturais Marinhos

1. Introdução
2. Os recursos naturais marinhos
 - 2.1 O enquadramento jurídico internacional
 - 2.2 As obrigações internacionais dos Estados
 - 2.3 O papel de organizações internacionais
3. Regime jurídico dos recursos naturais marinhos no espaço marítimo nacional
 - 3.1 O espaço marítimo nacional
 - 3.2 A dominialidade sobre o espaço e sobre os recursos
 - 3.3 O conceito de gestão partilhada

- 3.4 O Direito Comunitário
- 4. A gestão dos recursos naturais marinhos em Portugal
 - 4.1 A política comum de pescas
 - 4.2 A prospecção e exploração de recursos não vivos
 - 4.3 Os recursos hídricos
- 5. Os regimes internacionais
 - 5.1 Os recursos para além da jurisdição dos Estados
 - 5.2 O património comum da humanidade
 - 5.3 Os recursos transfronteiriços e em áreas de sobreposição de reivindicações
- 6. Os recursos em áreas marinhas protegidas
- 7. Os recursos genéticos

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Exame escrito ou relatório.

5 – BIBLIOGRAFIA

BECKER-WEINBERG, Vasco, *Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional: Enquadramento e Legislação*, Quid Juris, 2016

BECKER-WEINBERG, Vasco, “Plataforma Continental”, in: *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Nuno Canas Mendes, Francisco Pereira Coutinho (org.), Dom Quixote: Lisboa, 2014, pp. 391-395.

BECKER-WEINBERG, Vasco, *Joint Development of Offshore Hydrocarbon Deposits and the Law of the Sea*, Springer Verlag (2014)

BECKER-WEINBERG, Vasco, *Portugal’s legal regime on marine spatial planning and management of the national maritime space*, in: *Marine Policy*, v. 61 (Novembro 2015)

CHURCHILL, Robin R. / LOWE, Alan V. *The Law of the Sea*, 3ª edição, Manchester University Press (Manchester: 1999)

EPUL/FÓRUM PERMANENTE DOS ASSUNTOS DO MAR/FÓRUM EMPRESARIAL DA ECONOMIA DO MAR, *Náutica de Recreio em Portugal, Um Pilar do Desenvolvimento Local e da Economia do Mar, Propostas de Actuação e Planos de Acção* [online: <http://www.fem.pt/Documentos/nautica%20de%20recreio.pdf>]

LIMPO SERRA, M.P.B., “A Zona Económica Exclusiva – História e aspectos jurídicos”, in: *Boletim da Sociedade de Geografia* (1981)

LOUREIRO BASTOS, Fernando, *A internacionalização dos recursos naturais marinhos*, Lisboa, AAFDL, 2005

MARQUES GUEDES, Armando M., *Direito do Mar*, 2ª edição, Coimbra Editora (Coimbra, 1998)

MARTINS, J.P. Oliveira, *Portugal nos Mares -- Ensaios de Crítica, História e Geografia* (Livraria Editora/Parceria António Maria Pereira. Lisboa 1924)

NORONHA, Francisco, *O Ordenamento do Espaço Marítimo*, Almedina (2014)

PEREIRA, Armando Gonçalves, *A Economia do Mar*, (Oficinas Gráficas da Sociedade Nacional de Tipografia/Livraria Morais. Lisboa, 1932/1941)

ROTHWELL, Donald R. e STEPHENS, Tim, *The International Law of the Sea*, Hart Publishing, 2010

SAER, *O Hypercluster da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa* (SAER/ACL, Lisboa, 17 de Fevereiro de 2009)

6 - LEGISLAÇÃO

Lei n.º 17/2014, de 10 de abril

Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março

Lei n.º 34/2006, de 28 de julho

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro

Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio

Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

Lei n.º 19/2014, de 14 de abril

Lei n.º 54/2015, de 22 de junho

Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro

Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro

Portaria n.º 114/2014, de 28 de maio

Diretiva 2014/89/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

7 - JURISPRUDÊNCIA

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 136/2016, de 29 de fevereiro de 2016

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 315/2014, de 1 de abril de 2014

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 654/2009, de 16 de dezembro de 2009

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 402/2008, de 29 de julho de 2008

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 131/2003, de 11 de março de 2003

7 - MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

As aulas assentam no diálogo permanente com os alunos através do qual o docente apresentará e fará uma análise detalhada dos temas e das respetivas complexidades, tendo em vista estimular a discussão, sobretudo, em torno das principais questões e das possíveis opções. Para o efeito, os alunos, com base em meios de investigação independente, nomeadamente, através da *Internet*, devem ser capazes de demonstrar a razoabilidade e suficiência lógica das opções defendidas ao nível nacional, regional e internacional.

A avaliação será efetuada com base na participação nas aulas e nos trabalhos finais escritos e receptiva apresentação oral. Os temas dos referidos trabalhos serão propostos pelos alunos e previamente aprovados pelo docente. A nota final corresponde à nota no trabalho escrito, com a ponderação da nota da apresentação oral do trabalho escrito e da participação nas aulas.

**MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR/
MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU**

Os Tribunais Internacionais e o Mar

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professora Doutora Sofia Santos e Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

Semestre: 2.º

ECTS: 4

Horas de contacto: 2 horas semanais

Contacto do docente: vasco.weinberg@fd.unl.pt

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

Uma das características do Direito Internacional contemporâneo é a profusão de tribunais internacionais. O Direito Internacional do Mar constitui exemplo paradigmático deste fenómeno. Ao contrário do Tribunal Internacional de Justiça, cuja competência está dependente da aceitação voluntária da sua jurisdição pelos Estados, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982) adotou um sistema compulsório de resolução de litígios emergentes da aplicação das suas normas que permite a intervenção concorrente do Tribunal Internacional do Direito do Mar, do Tribunal Internacional de Justiça e de tribunais arbitrais. A disciplina “Os Tribunais Internacionais e o Mar” tem como objetivo compreender como funciona e se articula este multifacetado sistema jurisdicional. Enfoque particular será dado aos temas da competência, admissibilidade, medidas cautelares, direito aplicável e efeitos das sentenças em cada um destes *fora* judiciais. No final do semestre, os estudantes serão capazes de identificar tendências na aplicação do Direito Internacional do Mar e as particularidades de cada tribunal internacional.

3 – PROGRAMA

1. Mecanismos tradicionais de resolução jurisdicional de litígios
 - 1.1. O Tribunal Permanente de Justiça Internacional
 - 1.2. Remissão: tribunais arbitrais e o Tribunal Internacional de Justiça

2. O sistema de resolução de litígios na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
 - 2.1. Mecanismos de resolução de litígios por meios pacíficos
 - 2.2. Procedimentos compulsórios de resolução de litígios
 - 2.2.1. O Tribunal Internacional de Justiça
 - 2.2.1.1. Competência, admissibilidade, medidas cautelares e efeitos das sentenças
 - 2.2.2. O Tribunal Internacional do Direito do Mar
 - 2.2.2.1. Particulares do procedimento judicial
 - 2.2.3. O Tribunal Permanente de Arbitragem

3. Estudos de caso

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Exame escrito.

5 – BIBLIOGRAFIA

Almeida Ribeiro, Manuel, e Pereira Coutinho, Francisco, *Jurisprudência Resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, D. Quixote, 2016

Ando, Nisuke, “The Permanent Court of Arbitration”, R. Wolfrum (ed.), *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, 2006

Bacelar Gouveia, Jorge, *Manual de Direito Internacional*, 5ª ed., Almedina, Coimbra, 2017

Burgt, Nienke van der, “The 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea and its Dispute Settlement Procedure”, in *Griffin's View on International and Comparative Law*, 6, 1, 2005, pp.18-34

Chandrasekhara Rao, P. e Rahmatullah Kahn (ed.), *The International Tribunal for the Law of the Sea*, Kluwer Law International, 2001

Costa e Silva, Paula, “A resolução de controvérsias na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Guedes*, Coimbra Editora, 2004

Hong, Nong, *UNCLOS and Ocean Dispute Settlement: Law and Politics in the South China Sea*, Routledge, 2012

Hout, Tjaco van den, “Resolution of International Disputes: the Role of the Permanent Court of Arbitration – Reflections on the Centenary of the Convention for the Pacific Settlement of International Disputes”, *Leiden Journal of International Law*, 21, 2008, pp. 643-661

Mansah, Thomas A., “The Dispute Settlement Regime of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea”, *Max Planck Yearbook of United Nations Law*, 2, 1998, pp. 307-323

Pereira, Maria de Assunção do Vale, As vias de resolução de conflitos na Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, *Separata Revista Jurídica da Universidade Portucalense* 7, Universidade Portucalense, 2001, pp. 45-77.

Rayfuse, Rosemary, “The Future of Compulsory Dispute Settlement Under The Law of the Sea Convention”, *Victoria University of Wellington Law Review*, 36, 4, 2005, pp. 683-712

Rothwell, DR, “The Contribution of ITLOS to Oceans Governance Through Marine Environmental Dispute Resolution”, Tafsir Malick Ndiaye, Rüdiger Wolfrum e Chie Kojima (eds.), *Law of the Sea, Environmental Law and Settlement of Disputes: Liber Amicorum Judge Thomas A. Mensah*, Martinus Nijhoff Publishers, 2007, pp. 1007-1024

Thirlway, Hugh, “The International Court of Justice 1989-2009: At the Heart of the Dispute Settlement System”, *Netherlands International Law Review*, 57, 2010, pp. 347-395.

Treves, Tulio, “The Law of the Sea Tribunal: Its Status and Scope of Jurisdiction after November 16, 1994”, *ZÖRV*, 55, 1995, pp. 421-451

Zekos, Georgios I., “Competition or conflict in the dispute settlement mechanism of the Law of the Sea Convention”, *Revue Hellénique de Droit International*, 2003, pp. 153-165

Zimmermann, Andreas, Tomuschat, Christian e Oellers-Frahm, Karin (eds.), *The Statute of the International Court of Justice. A Commentary*, Oxford University Press, 2006

6 – LEGISLAÇÃO

Bacelar Gouveia, Jorge, *Textos Fundamentais de Direito Internacional Público*, Almedina, Coimbra, 2017

7 – JURISPRUDÊNCIA

Almeida Ribeiro, Manuel de, e Pereira Coutinho, Francisco, *Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, D. Quixote, Lisboa, 2016

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR

Política do Mar

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professora Doutora Maria Inês Gameiro

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º ciclo

Semestre: 2.º

ECTS: 4

Contacto do docente: maria.ines.gameiro@gmail.com

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

A disciplina visa dar a conhecer aos estudantes o conceito e objeto da política do mar e o seu papel no desenvolvimento sustentável económico, ambiental e social nacional, regional e internacional. A disciplina permitirá aos estudantes compreender o carácter interdisciplinar da política do mar e as diferentes áreas de convergência. Pretende-se ainda que os estudantes conheçam o processo de avaliação que antecede a seleção das opções que condicionam a política do mar e a escolha do modelo de desenvolvimento e os respetivos domínios de intervenção. Outro dos objetivos da disciplina consiste em identificar as complexidades em torno da implementação da política do mar e da necessidade de se criarem os respetivos mecanismos de controlo, nomeadamente, no que concerne ao impacto económico e à gestão dos meios humanos, materiais e financeiros disponíveis.

3 – PROGRAMA

Os conteúdos programáticos permitem aos estudantes a familiarização com as noções fundamentais da política do mar enquanto instrumento de governação e as suas respetivas vicissitudes, nomeadamente, ambientais, sociais e económicas. Por seu turno, o estudo dos processos de decisão e dos diferentes regimes nacional, comunitário e internacional aplicáveis à política do mar permitirá aos alunos ter contacto com o respetivo enquadramento jurídico e identificar as várias

complexidades destes regimes relativamente aos direitos e obrigações dos Estados no mar e a sua articulação com as políticas relativas ao espaço terrestre.

1. Introdução – *A Governação do Mar*
2. O mar como um espaço de política(s)
3. Conceptualização e evolução da política do mar
 - 3.1. A política do mar em Portugal
 - 3.2. A política do mar da União Europeia
 - 3.3. A política do mar global
 - 3.4. A política do mar regional
4. A formação e as fontes da política do mar
 - 4.1 Os sujeitos da política do mar
 - 4.1.1 Os Estados
 - 4.1.2 As organizações internacionais
 - 4.1.3 Outros atores
 - 4.2 Recentes desenvolvimentos de *soft-law* e *hard-law*
 - 4.3 Enquadramento jurídico da política do mar
 - 4.3.1 Ordenamento jurídico português
 - 4.3.2 Direito Europeu
 - 4.3.3 Direito do Mar
5. O Oceano Atlântico como espaço geoestratégico para Portugal
6. Os mares lusófonos
7. A articulação de políticas no mar e mar-terra
8. O ordenamento e a gestão do espaço marítimo nacional
9. A extensão da plataforma continental para além das 200 milhas marítimas
10. A conservação da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional
11. Análise económica e os recursos disponíveis
12. Os meios de implementação, monitorização e revisão da política do mar

4 – BIBLIOGRAFIA

- BECKER-WEINBERG, Vasco, *Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional: Enquadramento e Legislação*, Quid Juris, 2016
- BECKER-WEINBERG, Vasco, “Plataforma Continental”, in: *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Nuno Canas Mendes, Francisco Pereira Coutinho (org.), Dom Quixote: Lisboa, 2014, pp. 391-395.
- BECKER-WEINBERG, Vasco, *Joint Development of Offshore Hydrocarbon Deposits and the Law of the Sea*, Springer Verlag (2014)
- BECKER-WEINBERG, Vasco, *Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional: Enquadramento e Legislação*, Quid Juris (2016)

BECKER-WEINBERG, Vasco, *Portugal's legal regime on marine spatial planning and management of the national maritime space*, in: *Marine Policy*, v. 61 (Novembro 2015)

CHURCHILL, Robin R. / LOWE, Alan V. *The Law of the Sea*, 3ª edição, Manchester University Press (Manchester: 1999)

COMISSÃO EUROPEIA, Joint Communication to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, *International Ocean Governance: an agenda for the future of our oceans*, SWD(2016) 352 final, 10.11.2016

EPUL/FÓRUM PERMANENTE DOS ASSUNTOS DO MAR/FÓRUM EMPRESARIAL DA ECONOMIA DO MAR, *Náutica de Recreio em Portugal, Um Pilar do Desenvolvimento Local e da Economia do Mar, Propostas de Actuação e Planos de Acção* [online: <http://www.fem.pt/Documentos/nautica%20de%20recreio.pdf>]

GOLITSYN, VLADIMIR, "Major Challenges of Globalisation for Seas and Oceans: Legal Aspects", in Davor Vidas (ed.), *Law, Technology and Science for Oceans in Globalisation*. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2010, pp. 59-73.

GONÇALVES, M. E., GAMEIRO, M. I., "Marine scientific research in the EEZ and on the continental shelf: Portugal's input to UNCLOS, and experience in addressing foreign research entities' requests for access", in M. J. Bebianno, J. Guerreiro, T. Carvalho, M. I. Gameiro, *Sustainable Development of the Ocean: A Necessity*, Faro: University of Algarve, 2018, pp. 79-108.

MARQUES GUEDES, Armando M., *Direito do Mar*, 2ª edição, Coimbra Editora (Coimbra, 1998)

MARTINS, J.P. Oliveira, *Portugal nos Mares - Ensaios de Crítica, História e Geografia* (Livraria Editora/ Parceria António Maria Pereira. Lisboa 1924)

NORONHA, Francisco, *O Ordenamento do Espaço Marítimo*, Almedina (2014)

Ocean Governance: Sustainable Development of the Seas, edited by Peter Bautista Payoyo (United Nations University Press: Tokyo, New York, Paris, 1994)

PEREIRA, Armando Gonçalves, *A Economia do Mar*, (Oficinas Gráficas da Sociedade Nacional de Tipografia/Livraria Morais. Lisboa, 1932/1941)

ROTHWELL, Donald R. e STEPHENS, Tim, *The International Law of the Sea*, Hart Publishing, 2010

ROTHWELL, Donald R., Alex G. Oude Elferink, Karen N. Scott, and Tim Stephens (eds.), *The Oxford Handbook of the Law of the Sea*, Oxford University Press, 2015.

SAER, *O Hypercluster da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa* (SAER/ACL, Lisboa, 17 de Fevereiro de 2009)

TANAKA, Yoshifumi, "Zonal and integrated management approaches to ocean governance: reflections on a dual approach in international law of the sea", in: 19-4 *International Journal of Marine & Coastal Law* (2004), pp. 483-51

TANAKA, Yoshifumi, *A Dual Approach to Ocean Governance: The Cases of Zonal and Integrated Management in International Law of the Sea* (The Ashgate International Law Series: Surrey, Burlington, 2008);

5 - LEGISLAÇÃO

5.1. Legislação nacional

Lei n.º 17/2014, de 10 de abril

Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março

Decreto-Lei n.º 122/2017, de 21 de setembro

5.2 Legislação e documentação comunitária

[http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/index_pt.htm]

5.3 Legislação internacional

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

6 - JURISPRUDÊNCIA

N/A

7 - MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

As aulas assentam no diálogo permanente com os alunos através do qual o docente apresentará e fará uma análise detalhada dos temas e das respetivas complexidades, tendo em vista estimular a discussão, sobretudo, em torno das principais questões e das possíveis opções. Para o efeito, os alunos, com base em meios de investigação independente, nomeadamente, através da *Internet*, devem ser capazes de demonstrar a razoabilidade e suficiência lógica das opções defendidas ao nível nacional, regional e internacional.

A avaliação será efetuada com base na participação nas aulas e nos trabalhos finais escritos e receptiva apresentação oral. Os temas dos referidos trabalhos serão propostos pelos alunos e previamente aprovados pelo docente. A nota final corresponde à nota no trabalho escrito, com a ponderação da nota da apresentação oral do trabalho escrito e da participação nas aulas.

**MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR. A
GOVERNAÇÃO DO MAR**

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

SEGURANÇA MARÍTIMA

MARITIME SECURITY

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

1 – GENERAL INFORMATION

Coordenador: Prof. Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Prof. Doutor Armando Marques Guedes

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

Semestre: 1.º

ECTS: 4

Horas de contacto: 2 por semana

Contacto do docente: armandomarquesguedes@fd.unl.pt

Horário:

2 – OBJETIVOS

2 – OBJECTIVES

Pretende-se encaminhar os mestrandos na direção de reflexões crítica e teóricas sólidas e bem fundamentadas sobre processos de construção/cristalização de arquiteturas de segurança (excluindo *safety*, visto esta dimensão se leccionada noutras UCs do Mestrado) marítima, entendida *latu senso*. A UC visa especificamente torná-los capazes de o fazer tomando como ponto focal a questão do relacionamento de comunidades políticas nacionais, regionais ou globais com a segurança no mar, e com as necessidades securitárias que aí, ou desses e nesses domínios, possam emergir. Os mestrandos deverão aprender a problematizar o papel da segurança marítima no seu sentido mais amplo, enquanto dimensão em simultâneo constitutiva e construída pelas comunidades políticas por si mesmas e em agrupamentos nacionais, regionais, internacionais, ou globais. Para o efeito, levar-se-á os mestrandos a prestar a atenção devida dados e análises de espaços marítimos diversos e momentos diacrónicos diferentes, nesses processos de construção de arquiteturas e mecanismos de segurança, designadamente na grande Bacia do Atlântico, na do Mediterrâneo (e o Mar Negro, bem como o de Azov e o Cáspio), na do Mar das Caraíbas, e nos Mares Ártico (incluindo o Mar de Barents) e Antártico; desafios e identidades securitários construídas no quadro do Oceano Índico e da orla da bacia do Pacífico também serão afloradas como contrapontos de utilidade analítica. Os conhecimentos, aptidões e competências a adquirir incidirão sobretudo em questões presentes, e serão preferencialmente analisadas nos quadros maiores em que se inserem.

We shall direct the second cycle students toward solid and well rooted critical and theoretical reflections on processes of construction/crystallisation of security architectures in human communities, security here being understood latu senso. The Curricular Unit specifically aims at making them capable of doing so by taking as a focal point the question of the relationship of specific political communities with the sea, and of the national regional, international, and global maritime security issues that may flow in and from those domains. Second cycle students to learn how to problematize the role of maritime security in its widest sense as a simultaneously constitutive and constructed dimension of national, regional and global political communities. For that purpose, masters students shall be made to handle data and analyses of diverse maritime spaces and different synchronic and diachronic moments of those processes of construction of building of security architectures and mechanisms, namely in the great Atlantic Basin, around the Mediterranean one (including the Black Sea and those of Azov and the Caspian), in those of the Caribbean Sea, and the Arctic (including the Barents Sea) and Antarctic Seas; security challenges and identities constructed within the framework of the Indian and the western Pacific rims will also be touched upon as a useful analytical counterpoint. The knowledge, skills, and competences to be acquired pertain mainly to currents matters and issues, and will mostly be analyzed within the wider frameworks in which they are embedded.

3 – PROGRAMA

3 - PROGRAM

A leccionação da parte teórica geral, focando a problemática da segurança marítima no seu sentido mais amplo, e em especial da maritimidade, na definição de comunidades

políticas, permitirá que os estudantes venham a adquirir um quadro conceptual geral que lhes possibilite um começo de reflexão crítica e teórica sobre a construção dessa dimensão da segurança humana relacionada com o mar, tomando como cerne a questão da sua articulação externa e multidimensional. Vários exemplos concretos serão aqui tomados como pontos focais, não só nas bacias do Atlântico e do Mediterrâneo, como ainda no Mar das Caraíbas, no Índico e na orla ocidental do Pacífico. A parte especial, toma o caso português e lusófono. Finalmente a parte aplicada, versando os diferentes ciclos constitucionais e imperiais da histórica nacional, possibilitará plenamente que os estudantes saibam pensar a maritimidade tendo como termo de referência as comunidades políticas portuguesas e lusófonas e os seus processos históricos.

The teaching of the general theoretical section, which focuses on the problematics of identity, territoriality, and mostly on maritimity, insofar as the definition of political communities is concerned, will allow students to acquire a general conceptual framework that will allow them to begin a critical and theoretical reflection on the construction of human communities and of their identity, by taking as a core the sea and maritime identities. Various concrete examples will be here as focal points, not only in the Atlantic and Mediterranean basins, but also in the Caribbean sea, the Indic and the western Pacific rim. The special section takes the Portuguese and Lusophone cases as its core.. Finally, the applied section, by looking at the different constitutional and imperial cycles in national history, and that will fully enable students to think maritimity while having as their terms of reference the Portuguese and Lusophone political communities and their historical processes

4 – BIBLIOGRAFIA

4 - BIBLIOGRAPHY

A maioria das sessões inclui *PowerPoints* pormenorizados, que estão disponíveis em academia.edu, sob o nome de Armando Marques-Guedes.

Bibliografia mais específica será disponibilizada nas aulas.

Most sessions include PowerPoints, which are available for free download in academia.edu, under the name of Armando Marques-Guedes

More specific bibliographic references will be made available in classes.

(ed.) RICHARDSON, John, MARQUES GUEDES, Armando, et al. (2013), *The Fractured Ocean. Current Challenges to Maritime Policy in the Wider Atlantic*, The German Marshall Fund of the United States, Washington, DC.

ISBELL, Paul (2012). *Energy and the Atlantic: Mapping the Shifting Energy Landscape of the Atlantic Basin*, The German Marshall Fund of the United States, Washington, DC.

KARAGANOV, Sergey (2012), *Toward the Great Ocean, or The New Globalisation of Russia*, Valdai Discussion Club, Moscow.

LESSER, Ian O. (2010), “Southern Atlanticism: Geopolitics and Strategy for the Other Half of the Atlantic Rim,” Brussels Forum paper series, The German Marshall Fund of the United States, Washington, DC.

MARQUES GUEDES, Armando (2018), “Valor estratégico e económico dos cabos submarinos”, in *Jornal da Economia do Mar*, 19 no. especial de aniversário, pp. 9-12, Lisboa.

_____ (2017), “Em rede. Os cabos de fibras ópticas submarinas e a centralidade portuguesa crescent num autêntico mar de conectividades”, *Revista de Marinha*, no. 1000,, pp. 20-27, Lisboa.,

_____ (2015), “*Liaisons dangereuses*: reading and riding the winds of security risks in the Atlantic south”, in (ed.) Dan Hamilton, *Dark Network in the Atlantic Basin. Emerging Trends and Implications for Human Security*: chapter X, SAIS (School for Advanced International Studies), Johns Hopkins University, Washington DC.

_____ (2014) “Le Droit de Mer et les côtes et les rimlands de l’Europe du sud-ouest et de l’Afrique du nord-ouest: quelques insuffisances du cadre juridique face aux enjeux géopolitiques présents”, in *Revista Direito e Segurança*, ano II, no. 3, pp. 37-53, Instituto de Direito e Segurança, Lisboa.

_____ (2012), “Geopolitical shifts in the Wider Atlantic past, present and future”, in (org.) John Richardson et al., *The Fractured Ocean. Report on current changes on Maritime Policy in the Wider Atlantic*: 11-59, German Marshall Fund of the United States, Washington DC,

_____ (2012) “From deregulation to recentering in the South Atlantic and the construction of ‘lusofonia’”, *Janus.net*, vol. 3 no.1: pp. 1-36, Universidade Autónoma de Lisboa,

STARAVIDIS, Admiral James (2017), *Sea Power. The history and geopolitics of the world’s oceans*, Penguin Press, New York.

5 – AVALIAÇÃO

5 – EVALUATION

Exame final, ou trabalho escrito. Caso escolham fazer um trabalho escrito, os discentes poderão também realizar um exame.

Final written exam, or a paper. Should the writing of a paper be chosen, students may also take an exam.